

ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às 11h horas, por vídeo conferência, mediante a utilização da ferramenta Zoom Meeting, realizou-se a **68ª** (sexagésima oitava) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de março de 2026, do Conselho Fiscal (Confis) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Empresa Pública Federal, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, Lote 69, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, NIRE/NIRC nº 5350000093-3, CNPJ nº 26.461.699/0001-80. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros: **Marcus Vinícius Boente do Nascimento**, Conselheiro Titular; e **Renato das Neves Iwakawa**, Conselheiro Suplente, representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); e **Helio Henrique Fonseca Miranda**, representante titular da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF). E, para prestar esclarecimentos, os senhores: **Daniel Santana Abreu**, Superintendente de Contabilidade (Sucon); **Vinícius Bittencourt**, representante da Davi&Corrêa Auditores Independentes; **Wilbur César Maciel**, Chefe da Auditoria Interna (Audin); **Dirceu Martins Batista Junior** e **Domingos Poubel de Castro**, membros do Comitê de Auditoria. O Conselho Fiscal reuniu-se, extraordinariamente, nesta data, para apreciar as Demonstrações Contábeis da Conab do exercício de 2025, com vistas a opinar sobre elas. Aberta a reunião, o Presidente deu início à análise da pauta. **1. Desempenho Econômico-Financeiro. 1.1. Exame anual do registro de ativos fiscais diferidos - Crédito tributário. (Ofício Interno Sucon N.º 22/2026 - OFÍCIO INTERNO DIREX/CONAB SEI N.º 67/2026. Processo SEI nº 21200.001629/2026-38).** Após a análise do referido documento sobre os ativos fiscais diferidos, o Confis destaca que a Companhia possui o montante de R\$ 191.660.916,92 em créditos tributários, distribuídos entre: i) ICMS a recuperar/compensar, no valor de R\$ 156.398.462,59; ii) ICMS diferido, no valor de R\$ 28.333.356,29; iii) IRRF a compensar, no valor de R\$ 42.909,34; iv) IR e CSLL a recuperar/compensar, no valor de R\$ 6.829.152,99; v) COFINS a recuperar/compensar, no valor de R\$ 46.866,81; e vi) PIS/PASEP a recuperar/compensar, no valor de R\$ 10.168,90. **1.2. Avaliação anual da possibilidade de capitalização dos “Adiantamentos para Futuro**

Aumento de Capital - AFAC” já apropriados em Balanço. (Despacho Diafi nº SEI 50882800 - Ofício Interno Sucon N.º 23 /2026. Processo SEI nº 21200.001653/2026-77). O Confis foi informado pela Diretoria Executiva sobre a inexistência de aportes por meio de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

2. Estruturas de Controle. 2.1. Conhecimento anual do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAIN/2025 (Ofício Interno Audin SEI n.º 24, de 09/03/2026 - SEI nº 50961088 - Processo SEI 21200.000419/2026-22. O Confis tomou conhecimento do RAIN e destaca que o PAINT 2025 foi integralmente executado, com a realização de 10 auditorias de conformidade e 5 ações de consultoria, alcançando 100% de cumprimento do plano, abrangendo processos relevantes e sensíveis da Companhia, tais como AGF, instrumentos da PGPM, contencioso judicial, perdas e desvios em unidades armazenadoras, demonstrações contábeis, remuneração de dirigentes e previdência complementar (Cibrius); destaca-se, ainda, a emissão de 56 recomendações no exercício, das quais 12 se encontravam solucionadas até 05/03/2026 (21,42%), permanecendo 44 pendentes relativas a 2025, além de pendências de exercícios anteriores, o que demanda acompanhamento contínuo pelos órgãos de governança; no aspecto orçamentário, observa-se economia relevante nas despesas de viagens para auditorias, com execução de R\$ 145.708,88 frente ao valor previsto de R\$ 383.304,90 (38% do programado), bem como a consolidação de 22 benefícios não financeiros decorrentes da atuação da Audin, relacionados à melhoria de processos, pessoas e infraestrutura, em conformidade com as orientações da CGU.

2.2. Reunião anual com a Auditoria Independente. O Conselho Fiscal se reuniu com a Davi & Corrêa Auditores Independentes-SS em sua 68ª Reunião Extraordinária de 25/3/2026, para tratar das demonstrações contábeis do exercício encerrado de 2025.

2.3. Reunião anual com a Auditoria Interna (Audin). O Conselho Fiscal reuniu-se com a Audin em sua 68ª Reunião Extraordinária de 25/3/2026, para tratar das demonstrações contábeis do exercício encerrado de 2025.

3. Matérias submetidas à Assembleia Geral. 3.1. Opinião anual sobre o relatório da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, acompanhadas das notas explicativas e dos pareceres das Auditorias Independente e Interna. Processo SEI nº 21200.001532/2026-25. 3.1.1. Relatório da Administração 2025. O Confis tomou conhecimento do Relatório da Administração 2025 e destaca o desempenho institucional da Companhia na execução de políticas públicas de segurança alimentar e no fortalecimento da agricultura familiar. Nesse contexto, evidencia-se a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), caracterizada por elevada demanda e relevante impacto no abastecimento e na mitigação da insegurança alimentar, bem como a atuação de programas complementares, a exemplo do SocioBio Mais, voltado à valorização da sociobiodiversidade e à geração de renda para extrativistas, e do Programa de Venda em Balcão (ProVB), direcionado ao atendimento de pequenos

criadores .No âmbito da gestão e governança, o Relatório registra a atualização do Planejamento Estratégico para o ciclo 2025–2029, com foco em resultados e valor público. Evidencia, ainda, o aprimoramento da governança dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs), viabilizando os investimentos em modernização da gestão, mecanização e capacitação institucional. Destacam-se ações de modernização da infraestrutura logística e capacidade armazenadora, através da modernização de unidades. Somado a isso, a realização de concurso público após mais de uma década marca um avanço importante, embora a recomposição do quadro técnico permaneça como desafio. Sob a perspectiva econômico-financeira, observa-se crescimento na receita operacional, em decorrência da ampliação das atividades institucionais. No entanto, o resultado líquido deficitário no exercício ressalta a necessidade de subvenções do Tesouro Nacional para a manutenção de suas operações.

3.1.2. Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025, acompanhadas das Notas Explicativas - Processo SEI 21200.001532/2026-25. O Confis registra a importância da análise das demonstrações contábeis de uma Companhia como a Conab, pois tem capacidade de orientar decisões estratégicas, assegurando transparência e confiabilidade. Essa análise proporciona um panorama detalhado da situação financeira da Companhia, com atividades próprias e ainda as operações governamentais, sendo uma ferramenta valiosa para verificar a efetividade das políticas públicas e dos programas desenvolvidos pela Conab. No contexto específico da Conab, que tem um papel estratégico na execução de políticas agrícolas e de segurança alimentar, essa análise é ainda mais relevante, pois pode sinalizar o grau de sucesso dessas iniciativas.

3.1.2.1. Balanço Patrimonial (BP). a) Ativo Circulante: O Ativo Circulante apresentou aumento de 46,31%, no valor de R\$ 1.053.401.513,61, totalizando R\$ 3.327.855.286,34. Destacam-se os aumentos em Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, no valor de R\$ 575.813.164,27, e em Estoques, no valor de R\$ 451.515.473,96, refletindo a ampliação das operações relacionadas à formação de estoques públicos e execução de políticas governamentais. b) Ativo Não Circulante: O Ativo Não Circulante apresentou crescimento de 5,33%, no valor de R\$ 74.258.672,78, totalizando R\$ 1.467.369.037,34, com destaque para os aumentos em Depósitos Judiciais e Valores Vinculados, no valor de R\$ 26.814.454,20, e Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, no valor de R\$ 39.177.189,32. c) Passivo Circulante: O Passivo Circulante registrou aumento de 46,59%, no valor de R\$ 1.067.171.175,36, totalizando R\$ 3.357.743.490,60. As maiores variações ocorreram em Demais Obrigações a Curto Prazo, que cresceram R\$ 1.050.827.156,55, com destaque para a conta Entidades Credoras, no valor de R\$ 1.003.544.515,93. d) Passivo Não Circulante: O Passivo Não Circulante apresentou aumento de 6,22%, no valor de R\$ 65.329.328,06, totalizando R\$ 1.115.113.716,04, com destaque para as Provisões de Longo Prazo, no valor de R\$ 76.951.019,47. e) Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido

apresentou redução de R\$ 4.840.317,03, totalizando R\$ 322.367.117,04, em razão do resultado negativo do exercício. **3.1.2.2. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).** a) Receita Operacional Líquida: A Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 42.735.163,23, com destaque para Receitas de Vendas de Mercadorias, no valor de R\$ 65.006.765,79, decorrentes da venda de estoques da PGPM, e Serviços de Armazenagem/Aluguéis, no valor negativo de R\$ 21.393.604,02. b) O Lucro Bruto Operacional, até o 4º trimestre/2025 foi menor em 55,53%, R\$ 24.150.744,92, em relação ao mesmo período do exercício anterior, essa redução foi impactada pela diminuição das receitas de serviços de Armazenagens e Aluguéis, no total de R\$ 21.393.604,02, com destaques as reduções apresentadas nos faturamentos das Unidades de Ponta Grossa e Cambé/PR, em razão das reformas das unidades armazenadoras; c) Receita Operacional Diversa: As Receitas Operacionais Diversas totalizaram R\$ 7.397.536,56, evidenciando incremento relevante na composição do resultado operacional; c) Outros Resultados: Os Outros Resultados apresentaram resultado negativo de R\$ 691.217,34, relacionados, principalmente, às movimentações de bens móveis e imóveis; d) Resultado Financeiro: O Resultado Financeiro foi positivo em R\$ 9.078.980,13, decorrente, sobretudo, das atualizações monetárias e juros incidentes sobre créditos a receber; e) Subvenções do Tesouro Nacional: As Subvenções do Tesouro Nacional, destinadas ao custeio e pessoal, totalizaram R\$ 66.489.095,53, mantendo papel essencial no financiamento das atividades da Companhia; f) Despesas Operacionais: As Despesas Operacionais atingiram o montante de R\$ 81.342.752,59, sendo compostas por Despesas de Pessoal, no valor de R\$ 22.931.068,74, e Despesas Comerciais e Administrativas, no valor de R\$ 58.411.683,85, com destaque para gastos com contratos, tributos (ICMS) e reconhecimento de depósitos judiciais; g) Resultado Líquido: O Resultado Líquido do 4º trimestre de 2025 foi deficitário em R\$ 4.840.317,03, em contraste com o resultado positivo de R\$ 14.098.237,84 no mesmo período de 2024, representando uma variação negativa de R\$ 18.938.554,87. **3.1.2.3. Análises Quantitativas/Qualitativas da Demonstração de Resultado do exercício - DRE, das Atividades Próprias da Conab - até 4º Trimestre/2025, comparadas com até o 4º Trimestre/2024 - Relatório Sucon nº 8/2026 - Processo SEI nº 21200.001495/2026-55.** a) Receita Operacional Líquida: A Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 22.353.777,44 em 2025, frente a R\$ 43.492.407,57 em 2024, representando redução de R\$ 21.138.630,13, decorrente, principalmente, da queda nas receitas de armazenagem e aluguéis, impactadas por reformas nas unidades de Ponta Grossa e Cambé/PR; b) Receitas Operacionais Diversas: As Receitas Operacionais Diversas atingiram R\$ 18.474.170,42, ante R\$ 16.628.948,86 em 2024, com aumento de R\$ 1.845.221,56, destacando-se o crescimento de Receitas Diversas, no valor de R\$ 3.809.345,29, especialmente relacionadas a taxas de inscrição de concurso público; c) Outros Resultados: Os Outros Resultados totalizaram

R\$ 5.196.469,11, frente a R\$ 5.884.759,55 em 2024, apresentando redução de R\$ 688.290,44, influenciada principalmente pela diminuição nas alienações de bens móveis; d) Resultado Financeiro: O Resultado Financeiro foi positivo em R\$ 8.535.731,26, comparado a R\$ 3.206.483,01 em 2024, com aumento de R\$ 5.329.248,25, decorrente do crescimento das receitas financeiras, especialmente atualizações monetárias e juros sobre créditos; e) Subvenções do Tesouro Nacional: As subvenções de custeio/pessoal totalizaram R\$ 1.327.210.122,83, frente a R\$ 1.260.706.027,30 em 2024, com aumento de R\$ 66.504.095,53, refletindo repasses destinados ao custeio da folha de pagamento e encargos; f) Despesas Operacionais: As Despesas Operacionais atingiram R\$ 1.386.622.039,29, ante R\$ 1.311.539.840,69 em 2024, com aumento de R\$ 75.082.198,60, destacando-se: Despesas de Pessoal: R\$ 1.105.544.673,01 (+R\$ 22.933.277,38), influenciadas por reajustes salariais e rescisões; Despesas Comerciais e Administrativas: R\$ 281.077.366,28 (+R\$ 52.148.921,22), com destaque para serviços técnicos e outras despesas operacionais; g) Resultado Líquido: O Resultado Líquido das Atividades Próprias foi deficitário em R\$ 4.851.768,23, frente ao resultado positivo de R\$ 14.098.237,84 em 2024, representando variação negativa de R\$ 18.950.006,07.

3.1.3. Análise das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025 -

(Nota Técnica Audin/Geaud SEI n.º 01 de 6/3/2026, (SEI nº 50835270) - Processo SEI nº 21200.001532/2026-25). O Confis

tomou conhecimento da Nota Técnica Audin/Geaud nº 01/2026 e destaca que foram identificadas fragilidades relevantes, especialmente quanto à adesão incompleta das superintendências regionais ao Manual de Procedimentos Contábeis, à necessidade de fortalecimento da gestão de riscos pelas áreas responsáveis e à insuficiência de controles internos e conciliações contábeis, notadamente nas contas a receber e a pagar.

Ressalte-se, ainda, a existência de **12 recomendações de auditoria pendentes**, bem como a base para opinião com ressalvas da auditoria independente, decorrente de controles internos frágeis em saldos

relevantes, como convênios governamentais, adiantamentos a fornecedores e estoques. Ao final, a Audin concluiu que **são necessárias providências adicionais para o aprimoramento dos processos de governança**, gestão de riscos e controles internos, de forma a conferir maior segurança à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal, ao Conselho de Administração e à Assembleia no momento da aprovação das contas. O Confis solicita à Diretoria Executiva, via Relatório Trimestral da Auditoria Interna, a atualização das providências adotadas para regularização das pendências.

3.1.4. Conhecimento anual do Parecer e Relatório emitidos pelos Auditores Independentes - DAVI & CORRÊA nº 106/2026 - Poc/Vbs//Ep (SEI 50804625) sobre as Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2025. (Processo SEI nº 21200.001532/2026-25). O Confis examinou o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis da

Companhia, referente ao exercício findo em 31/12/2025, o qual apresenta opinião com ressalva, indicando que, exceto pelos efeitos dos pontos destacados, as demonstrações contábeis refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No que se refere às ressalvas, os auditores destacam, principalmente, a existência de fragilidades nos controles internos, evidenciadas pela ausência de controles adequados e tempestivos em contas relevantes, tais como convênios governamentais, adiantamentos a fornecedores e estoques de materiais de consumo, bem como a inexistência de conciliações contábeis suficientes, o que compromete a confiabilidade de determinados saldos apresentados nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, o relatório apresenta parágrafos de ênfase, sem modificação adicional da opinião, relacionados a aspectos que demandam atenção quanto à adequada mensuração e evidenciação contábil, destacando-se: (i) a mensuração das obrigações atuariais, cuja apuração depende de premissas sensíveis e sujeitas a elevado grau de julgamento; e (ii) inconsistências no ativo imobilizado, incluindo divergências entre registros contábeis e controles patrimoniais, ausência de aplicação de teste de recuperabilidade e existência de bens sem documentação comprobatória adequada de propriedade. Dessa forma, o Confis ressalta que, embora as demonstrações contábeis apresentem adequadamente a posição da Companhia em seus aspectos gerais, as ressalvas e ênfases apontadas pela auditoria independente indicam a necessidade de aprimoramento dos controles internos, da governança contábil e dos procedimentos de mensuração e evidenciação patrimonial.

3.1.4.1. Relatório Circunstanciado dos Auditores Independentes nº 105/2026 - Poc/Vbs/It/Ep (SEI nº 50804620) sobre os Exames Realizados, referente ao 4º trimestre do Exercício de 2025.

(Processo SEI nº 21200.001532/2026-25). O Confis analisou o Relatório Circunstanciado dos Auditores Independentes, referente ao 4º trimestre de 2025, o qual apresenta detalhamento dos exames realizados sobre os saldos contábeis, rotinas operacionais e controles internos da Companhia, evidenciando aspectos relevantes quanto à confiabilidade das informações contábeis e à governança dos processos. Quanto aos achados de auditoria, verificam-se fragilidades relevantes nos controles internos, com destaque para: (i) divergências identificadas nos saldos de estoques em relação às posições físicas e ausência de informações sobre materiais de consumo; (ii) inconsistências na composição de contas de créditos a receber, incluindo valores sem detalhamento suficiente para análise; e (iii) deficiências nos controles auxiliares e na documentação de suporte, dificultando a conciliação e a verificação da adequação dos saldos apresentados nas demonstrações financeiras. No tocante às recomendações dos auditores, destaca-se a necessidade de implementação de controles auxiliares mais robustos, com elaboração de relatórios analíticos contendo informações mínimas (data de origem, identificação do documento, vencimento e valor), bem como a

regularização das divergências identificadas e o aprimoramento dos fluxos operacionais, de modo a assegurar maior confiabilidade, transparência e rastreabilidade das informações contábeis. Diante do exposto, o Confis ressalta que os achados apresentados no relatório circunstanciado reforçam as fragilidades apontadas na auditoria independente, indicando a necessidade de fortalecimento dos controles internos, da qualidade das informações contábeis e da governança dos processos, especialmente nas contas de maior materialidade e relevância para a execução das políticas públicas.

3.1.5. Supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras referentes ao 4º trimestre de 2025 - Nota Técnica Coaud nº 1/2026. Processo SEI nº 21200.001257/2026-40. O Confis tomou da Nota Técnica COAUD SEI n.º 1/2026 que detalha a supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras da Conab relativas ao 4º trimestre de 2025. O documento evidencia entre outros o conjunto completo de demonstrativos contábeis exigidos foi elaborado pela Superintendência de Contabilidade (Sucon) observando a consistência das informações e a conformidade com os princípios contábeis. Contudo, destaca que a auditoria independente emitiu opinião com ressalva, apontando fragilidades relevantes nos controles internos da Companhia. O documento ressalta as limitações severas na verificação de saldos analíticos em contas de grande impacto, totalizando R\$ 1,61 bilhão em Outros Créditos, R\$ 191,6 milhões em Impostos a Recuperar e R\$ 98 milhões em Créditos com Servidores, todas prejudicadas pela falta de detalhamento e rastreabilidade dos registros. Além disso, foram identificadas divergências de aproximadamente R\$ 1,14 bilhão entre os registros contábeis e os estoques físicos, somadas a R\$ 2,2 milhões em materiais de consumo sem comprovação de existência. No ativo imobilizado, persistem inconsistências que dificultam a avaliação dos bens e a correta mensuração da depreciação. O relatório traz ainda parágrafos de ênfase sobre os passivos atuariais do Cibrius, no montante de R\$ 893,9 milhões, e sobre contingências judiciais de perda possível que podem afetar os resultados futuros. Dessa forma, embora as demonstrações apresentem adequadamente a posição patrimonial da Conab nos aspectos relevantes, há necessidade de monitoramento contínuo e de adoção de medidas saneadoras.

3.1.6. Verificação anual, ao final do exercício, se a contribuição normal da Companhia, na qualidade de patrocinadora, à entidade de previdência complementar não ultrapassa o limite constitucional de 50% e se há débitos em atraso. Após exame do referido Documento, o Confis destaca que, segundo o Despacho Gefop SEI nº 51284182, as contribuições da Conab ao Cibrius em 2025 observaram o limite constitucional de 50%. A referida documentação também informa que não há débitos.

3.1.7. Assistir eventualmente às reuniões do Conselho de Administração (Consad) em que se deliberar sobre assuntos em que o Conselho Fiscal deva opinar. O Confis registra a participou na 7ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, ocorrida nesta data, para

apreciação dos demonstrativos contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2025. **3.1.8. Parecer do Conselho de Administração (Consad).** O Confis registra que tomou conhecimento do Parecer Consad SEI nº 1, de 25 de março de 2026, no qual aquele Colegiado, após análise da documentação deliberou, por unanimidade: **a) pela APROVAÇÃO COM RESSALVAS E ÊNFASES** das Demonstrações Financeiras da Conab EXERCÍCIO 2025; e **b) pela APROVAÇÃO** da proposta de absorção do prejuízo contábil do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 pela reserva de Lucros, nos termos do art. 189 da Lei nº 6.404/76. **a) pela APROVAÇÃO COM RESSALVAS E ÊNFASES** das Demonstrações Financeiras da Conab EXERCÍCIO 2025; e **b) pela APROVAÇÃO** da proposta de absorção do prejuízo contábil do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 pela reserva de Lucros, nos termos do art. 189 da Lei nº 6.404/76. Enfatizamos a necessidade da gestão em dar continuidade ao aprimoramento do processo de governança, gestão de riscos e controles internos das demonstrações contábeis e financeiras. Neste sentido, a Companhia deverá apresentar um Plano de Ação para resolução das ressalvas e ênfases (itens a, b e c), contemplando: 1. Cronograma de adoção e implementação de sistema de gerenciamento de dados da área meio; 2. Plano de Monitoramento das despesas ao longo do exercício de 2026. Posto isto, encaminha-se o parecer à Assembleia Ordinária - AGO, para deliberação. **3.1.9. Opinião anual sobre a Proposta de Absorção do Prejuízo Contábil do Exercício Social Encerrado em 31/12/2025 (Processo SEI nº 21200.001257/2026-40).** O Confis analisou a proposta de absorção do prejuízo contábil do exercício de 2025, no valor de R\$ 4.840.317,03, conforme apurado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a qual prevê sua compensação por meio da Reserva de Lucros, em conformidade com o disposto no art. 189 da Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia. A proposta foi submetida pela Superintendência de Contabilidade e aprovada pela Diretoria Executiva, sendo apreciada pelos Conselhos de Administração e Fiscal e, posteriormente, será encaminhada para deliberação em Assembleia Geral Ordinária. Dessa forma, o Confis registra que a proposta está aderente à legislação societária vigente, não identificando óbices quanto ao procedimento adotado para absorção do prejuízo apurado no exercício. **3.1.10. Parecer do Conselho Fiscal.** O Conselho Fiscal emitiu, nesta data, o seu Parecer sobre as Demonstrações Contábeis do exercício de 2025, cuja cópia segue anexa a esta Ata. Encaminhe-se cópia desta Ata à Direx; ao Consad; à Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); à Controladoria-Geral da União (CGU); e ao Tribunal de Contas da União (TCU), para conhecimento e providências que julgarem convenientes. E nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Walquiria Meireles, Chefe da Coordenadoria de Apoio aos Conselhos e Comitês Estatutários (Coest), lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e

pelos Conselheiros presentes.

MARCUS VINÍCIUS BOENTE DO NASCIMENTO

Presidente

HELIO HENRIQUE FONSECA MIRANDA

Conselheiro Titular

RENATO DAS NEVES IWAKAWA

Conselheiro Suplente

WALQUIRIA MEIRELES

Secretária



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS BOENTE DO NASCIMENTO, Conselheiro (a) Fiscal - Conab**, em 27/03/2026, às 19:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **HELIO HENRIQUE FONSECA MIRANDA, Conselheiro (a) Fiscal - Conab**, em 27/03/2026, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATO DAS NEVES IWAKAWA, Conselheiro (a) Fiscal - Conab**, em 27/03/2026, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **WALQUIRIA MEIRELES, Chefe de Coordenadoria - Conab**, em 31/03/2026, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51487070** e o código CRC **65B4799C**.